

Senado inicia o esforço concentrado

O Senado aprovou, ontem, projeto de lei proibindo o uso de clorofluorcarboneto em aerossóis tipo **spray** e hoje será a vez de a Câmara dos Deputados aprovar outro projeto de lei com o mesmo objetivo. Mas as proposições ainda terão de trocar de Casas para a aprovação final.

Essa foi uma das primeiras matérias examinadas no "esforço concentrado" que o Congresso Nacional está realizando esta semana. O clorofluorcarboneto é o gás que está sendo mundialmente condenado por abrir um buraco na camada de ozônio que protege a Terra.

O quórum para deliberação já havia sido alcançado ontem não só no Senado (52 dos 72 senadores presentes) como também na Câmara (254 dos 487 deputados). Mas as votações no Congresso e na Câmara ficaram para hoje e amanhã.

Ontem, as lideranças partidárias na Câmara selecionaram as matérias que serão colocadas hoje na pauta de votações, em regime de urgência. Além do projeto de lei proibindo o uso do clorofluorcarboneto, foram escolhidas ainda as seguintes proposições: convocação do ministro da Indústria e do Comércio, para falar sobre as zonas de processamento de exportações; criação de 60 cargos de juizes e de dezenas de outros cargos na Justiça dos territórios; regulamentação da produção, cir-

culação e comercialização de vinho; e inclusão do ensino de História Geral da África e de História do Negro no Brasil no currículo escolar obrigatório.

Já se encontravam na pauta de votação da Câmara, em regime de urgência, entre outros, projetos de lei criando 240 cargos na Justiça Federal de primeira instância; concedendo pensão especial de dois salários mínimos a mais três trinetos de Tiradentes; regulamentando o vó por instrumentos; permitindo a aposentadoria do funcionário público federal proporcional ao tempo de serviço; e limitando a correção monetária do crédito rural à variação dos preços dos produtos agrícolas.

O "esforço" começará pela amanhã com a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, durante a qual serão lidas as últimas 25 mensagens presidenciais submetendo à apreciação do Poder Legislativo o projeto de orçamento para 1989 e mais 24 decretos-leis. Estarão ainda na pauta, para votação, mais seis vetos presidenciais e 20 decretos-leis. Dificilmente, porém, haverá votação, porque a nova Constituição estabelece prazo de seis meses para o exame dos decretos-leis baixados até o dia 2 deste mês.

À tarde, as votações serão realizadas nas sessões normais da Câmara e do Senado.